

Nova Delegacia da Mulher abriu mais de mil inquéritos

Em três meses de atuação, unidade na Capital registrou 2,3 mil ocorrências

/ SEGURANÇA

Fabrine Bartz
fabrineb@jcrs.com.br

Em três meses de atuação, a nova Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) de Porto Alegre, localizada na Zona Norte, recebeu cerca de 2,3 mil ocorrências - incluindo registros online, aqueles que foram realizados em outras delegacias e direcionados ao espaço -, e as ocorrências na própria unidade. No momento, 1.047 inquéritos estão em aberto.

O espaço na rua Tenente Ary Tarragô, no bairro Morro Santana, inaugurado no dia 19 de agosto, é o segundo direcionado ao atendimento das mulheres na Capital. A primeira delegacia com a mesma finalidade, com atendimento 24 horas, fica localizada na rua Freitas de Castro, 720, junto ao Palácio da Polícia. Conforme a titular da nova unidade, delegada Fernanda Campos Hablich, uma delegacia é aberta com base na demanda de casos da região. "Analisamos a quantidade de casos e a exigência de um atendimento mais especializado. Uma cidade numerosa não exige, obrigatoriamente, a abertura de uma delegacia especializada", explica.

O Projeto de Lei 1.096/2022, em tramitação no Senado, pretende mudar esse cenário. O PL exige de municípios com mais de 100 mil habitantes a criação de uma Deam. De autoria da senadora Soraya Thronicke (União-MS), aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o projeto aguarda a designação do relator desde junho do ano passado.



Estado conta com 22 repartições especializadas no atendimento à mulher

Dentro dessa configuração, dos municípios com mais de 100 mil habitantes no Estado, apenas Cachoeirinha, na Região Metropolitana, não conta com uma delegacia própria de atendimento à mulher. A cidade, no entanto, é a terceira mais segura no Estado, conforme dados do sistema de Gestão de Estatística em Segurança (GESeg) do programa RS Seguro. "Temos duas delegacias, com Sala das Margaridas (espaço destinado ao atendimento das mulheres vítimas de violência). Até agora, não foi evidenciado a necessidade de uma delegacia da mulher", complementa Fernanda.

Com o novo espaço na Zona Norte da Capital, o Rio Grande do Sul fica com 22 delegacias especializadas no atendimento à mulher, além de mais de 80 Salas das Margaridas e seis Delegacias de Polícia de Proteção a Grupos Vulneráveis. "A Polícia Civil foi criada como uma instituição repressiva, após o crime, quando o crime acontece, a gente age. Mas há anos estamos

alinhados à prevenção", argumenta a titular. De acordo com ela, as ações preventivas são realizadas, principalmente, com base no diálogo, inclusive, nas escolas.

"Em dezembro de 2021 tínhamos (na primeira delegacia) cerca de 10 mil registros. Agora, não finalizamos o mês de outubro e estamos chegando na ocorrência de 12 mil. Não temos como precisar se é a violência que aumenta ou o número de registros - esperamos que seja os registros", complementa a delegada.

O prédio conta com quatro cartórios, uma sala para registro de ocorrências, uma sala de espera separada para as mulheres vítimas, evitando o contato com agressores e pessoas relacionadas e uma seção de investigação.

Além das unidades físicas, o boletim de ocorrência pode ser registrado de forma online, por meio da Delegacia de Polícia Online da Mulher. Segundo a delegada Fernanda, a plataforma também opera como um incentivo para as vítimas realizarem a denúncia.

Prefeitura encaminha fechamento do último bota-espera de Porto Alegre

/ LIMPEZA URBANA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Marca remanescente da enchente de maio em Porto Alegre, o último dos nove bota-espera organizados pela prefeitura está prestes a ser desativado. Localizado na avenida Severo Dullius, Zona Norte, o terreno concentra cerca de 60 mil toneladas de resíduos recolhidos após o desastre. O processo de desmobilização ganhou um novo passo na última semana, com a publicação do edital para contratação da empresa que transportará o material ao Aterro de Inertes de Santo Antônio da Patrulha, em uma operação estimada em R\$ 4,1 milhões.

Os espaços foram criados como medida emergencial para agilizar a limpeza das áreas mais afetadas pelas inundações. Nesses terrenos, próximos às regiões alagadas, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) descarregava o material recolhido das ruas. A operação incluiu desde entulhos e lixo doméstico até móveis, eletrodomésticos e outros bens descartados pelos moradores.

Segundo o diretor-geral do DMLU, Carlos Alberto Hundertmarker, o uso dos bota-espera foi fundamental para a eficiência do

processo de limpeza. "Se não tivéssemos criado esses depósitos provisórios, a cidade ainda estaria enfrentando os impactos da enchente. Foram mais de 180 mil toneladas de resíduos espalhadas pelas áreas alagadas, especialmente na Zona Norte, a região mais afetada", explica.

O contrato para a remoção dos resíduos do último terreno ainda ativo prevê a mobilização de equipamentos, caminhões e mão de obra especializada. A execução do serviço deve durar 75 dias a contar do momento da assinatura do contrato, que terá vigência de 120 dias. As propostas das empresas interessadas podem ser enviadas até 5 de dezembro.

Hundertmarker destaca ainda que esse processo reflete o estágio avançado da recuperação da cidade. "Já encerramos operações em praticamente todos os outros pontos. Ainda há dois em fase final de limpeza, na Avenida dos Estados e na Serraria, mas que até o final do ano teremos concluído. Estamos empenhados em encerrar essas etapas o mais rápido possível, pois é do interesse de todos - prefeitura, sociedade e empresas contratadas", conclui. Ao todo, desde maio, Porto Alegre já destinou cerca de 130 mil toneladas de resíduos a aterros, com um investimento total superior aos R\$ 100 milhões.



Capital já destinou 130 mil toneladas de resíduos a aterros

Ufrgs terá Comissão da Verdade para investigar violações na Ditadura Militar

/ DIREITOS HUMANOS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) irá instituir, na próxima terça-feira, a Comissão da Memória e da Verdade "Enrique Serra Padrós". A instituição terá o propósito de reunir, organizar e disponibilizar registros relativos às violações dos direitos humanos ocorridos na Universidade entre os anos de 1964 e 1988, durante a Ditadura Militar que perdurou no País no período. As

informações foram comunicadas nos portais da instituição.

A cerimônia, que ocorre no Salão de Atos da Universidade a partir das 10h, foi marcada no Dia Internacional dos Direitos Humanos, e será aberta ao público. O nome foi dado em homenagem ao professor e pesquisador da instituição, que dedicou a trajetória acadêmica à pesquisa dos regimes autoritários na América Latina e faleceu em 2021.

Conforme comunicado da

Ufrgs, a Comissão irá funcionar vinculada à Reitoria, em espaço físico próprio e com o apoio de dois bolsistas. Os nove membros, que serão nomeados no evento, representam os três segmentos da comunidade universitária e, de acordo com a portaria de nomeação, terão dois anos para apresentar o relatório final. Um cronograma de trabalho será construído tão logo os integrantes concluam seu planejamento, informa a Ufrgs.

Segundo Roberta Camineiro

Baggio, professora da Faculdade de Direito e coordenadora-geral, a universidade teve dois processos de expurgo durante o regime autoritário, nos quais foram aposentados compulsoriamente ou expulsos dezenas de professores, estudantes e técnicos. Segundo ela, a Comissão quer criar "um canal de escuta para acessar a história oral desse período. Pretendemos fazer uma grande campanha de arrecadação de documentos, assim como sessões públicas de

testemunhos e manifestações", disse, acrescentando que seus integrantes irão atrás de documentação para tentar montar o quebra-cabeças sobre o modus operandi das perseguições ocorridas em nossa universidade.

Ao final dos trabalhos do grupo, será produzido um relatório final com a sistematização de todos os materiais e atividades da Comissão. Além disso, será criado um site a fim de hospedar os documentos digitalizados.